

http://gsa2.trt4.jus.br/search?q=cache:3SxmiHfngpUJ:iframe.trt4.jus.br/nj4_jurisp/jurispnovo.ExibirAcordaoRTF
%3FpCodAndamento%3D35412480+inmeta%3ADATA_DOCUMENTO%3A2005-09-08..2010-09-08+++a
%C3%A7%C3%A3o+civil+p%C3%BAblica&client=jurisp&site=jurisp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-
8&lr=lang_pt&access=p&oe=UTF-8

0113000-09.2009.5.04.0201 (RO)

Redator:

MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA

Data:

04/08/2010 **Origem:**

1ª Vara do Trabalho de Canoas

EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. As atividades de vigilância envolvem formação específica para portar e usar arma de fogo, expondo os trabalhadores a risco de vida e condicionamento psicológico para situações de violência, vedadas a menores e inadequadas para formação psicossocial e profissional de aprendizes.

VISTOS e relatados estes autos de **RECURSO ORDINÁRIO** interposto de sentença proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara do Trabalho de Canoas, sendo recorrente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** e recorrido **MD SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.**

O Ministério Público do Trabalho recorre ordinariamente da sentença das fls. 165/166, que julgou improcedente a **Ação Civil Pública**.

Busca a condenação da ré à obrigação de fazer na contratação de aprendizes na forma dos arts. 428 e seguintes da CLT, com a inclusão em todas as ocupações que, segundo

o Código Brasileiro de Ocupações, demandem formação profissional, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 por aprendiz não contratado em caso de descumprimento, reversível ao Fundo Nacional da Infância e da Adolescência, além do pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 200.000,00, conforme razões de recurso às fls. 168/176, instruídas com documentos das fls. 177/185.

Sem contrarrazões, sobem os autos.

Suspensa o processo por 120 dias a requerimento do autor para tratativas de conciliação das partes, conforme despacho da fl. 206, decorre o prazo sem manifestação.

É o relatório.

ISTO POSTO:

PRELIMINARMENTE. DOCUMENTOS JUNTADOS EM RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO.

Instrui o autor seu recurso ordinário com termo de audiência e ofício do SENAC, onde este presta informações ao juízo da 16ª Vara do Trabalho de Porto Alegre quanto à execução do Curso de Aprendizagem em Portaria e Zeladoria para as áreas de Segurança e Vigilância, adunados às fls. 177/185.

Resta inoportuna a juntada do termo de audiência da fl. 177 em fase recursal, eis que produzido antes do encerramento da instrução do presente feito (fl. 162) e não verificado qualquer impedimento à sua apresentação na fase processual apropriada, não se vendo, portanto, hipótese autorizadora do expediente, conforme preconizado na Súmula n.º 08 do C. TST:

SUM-8 JUNTADA DE DOCUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.

De outro lado, os documentos das fls. 178/185 foram protocolados em 08.09.2009 (fl. 178), dirigidos ao juízo da causa do processo n.º 00582.2009.016.04.00.4, entendendo-se que até o encerramento da instrução do presente feito, em 23.09.2009, o autor não tivera ciência dos mesmos, não se vendo tempo hábil para sua intimação nesse ínterim, por que são conhecidos.

Nessas circunstâncias, não se conhece do documento juntado à fl. 177 dos autos, por intempestiva sua juntada.

MÉRITO.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA.

Argumenta o Ministério Público do Trabalho que os estabelecimentos de qualquer natureza têm obrigação empregar e matricular aprendizes, de acordo com o art. 429 da CLT, reportando-se ao art. 227 da Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Tece comentários sobre o contrato de aprendizagem, esclarecendo que o estabelecimento deve destinar de 5% a 15% das vagas em funções que demandem formação profissional a aprendizes, de acordo com o Código Brasileiro de Ocupações, priorizando os menores de 18 anos independentemente da proibição para o seu exercício, onde pondera os incisos I a III do art. 428 da CLT. Entende que a função de vigilante é pertinente à formação profissional do aprendiz, ressaltando que a ré emprega trabalhadores em outras atividades, também. Afirma que a participação do aprendiz nos trabalhos da empresa não se confunde com a formação em curso especial de vigilante e não se destina a suprir a necessidade de mão-de-obra do negócio, apontando o proveito no desenvolvimento de várias aptidões do menor. Aduz que os cursos de portaria e zeladoria mantidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, relacionados com a atividade de vigilância, além de que essa instituição propõe-se, perante o autor, a organizar curso de vigilância profissional na medida da demanda pelas empresas do ramo. Afasta a ré da exceção contida no §1º do art. 10 do Decreto n.º 5.598/2005, por não se caracterizar de nível técnico ou superior a atividade de vigilante. Traz subsídios doutrinários e jurisprudenciais à sua tese. Assevera que a conduta omissiva ilícita da ré causa lesão à toda coletividade, por

violar a ordem social, passível de indenização por danos morais coletivos de R\$ 200.000,00.

Equivoca-se o autor, pois as atividades de vigilância não se confundem com funções de portaria e zeladoria, eis que aquelas envolvem formação específica para portar e usar arma de fogo, expondo os trabalhadores a risco de vida e condicionamento psicológico para situações de violência, vedadas a menores e inadequadas para formação psicossocial e profissional de aprendizes, como bem salientado em sentença.

No mesmo sentido já se pronunciou esta Turma julgadora, conforme aresto abaixo transcrito, que passa a integrar as razões de decidir pela singular clareza com que elucida a matéria:

A respeito da matéria dispõe a CLT:

Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

(...)

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

(...)

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

(...)

Art. 430. Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser suprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, (...).

Tendo presente o teor dessas normas, ressalta-se, inicialmente, que o termo de audiência invocado não foi conhecido, conforme preliminar acima. Outrossim, a resposta do SENAC ao Ofício da Juíza do Trabalho da 18ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (fls. 321-8), no sentido da execução de Curso de Aprendizagem, a partir de 05.10.2009, para atender à demanda nas áreas de Segurança e Vigilância, diz respeito às áreas de Portaria e Zeladoria (Conservação), o que não é o caso dos autos. Portanto, correta a sentença que considerou incontroverso que o SENAC, escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos não ministram programa de aprendizagem na área técnico-profissional de vigilância (fl. 307-verso), de acordo com os termos da manifestação do autor sobre a defesa e documentos (fls. 265-71). De qualquer modo, não há prova disto nos autos e, ao contrário do sustentado nas razões do recurso, a sentença não desobrigou a ré da contratação de aprendizes por este fundamento, ou seja, inexistência de programa de aprendizagem na área de vigilância. Ainda, como se vê do contrato social da fl. 84, o objeto social da ré se restringe à área de vigilância. Assim, não obstante o oferecimento de cursos de portaria e zeladoria, conclui-se que, por esta razão, não estaria ela obrigada à contratação de aprendizes.

Por outro lado, a formação e experiência ocupacional de vigilantes e guardas de segurança (cód. 5173), constantes da CBO, transcrita na inicial (fl. 07) e nas razões do recurso (fl. 316), omite sua parte final, a qual se ressalta a seguir:

O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. **A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.**

(www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/ResultadoFamiliaDescricao.jsf, em 27.11.2009)

Portanto, a própria CBO, invocada pelo autor, aponta para a exceção na qual se embasou a sentença, ou seja, o Decreto nº 5.598/2005, que regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências, o qual, no Capítulo IV, Seção I, relativa à Obrigatoriedade da Contratação de Aprendizes, diz:

Art. 10. Para a definição das funções que demandem formação profissional, deverá ser considerada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º Ficam excluídas da definição do caput deste artigo as funções que demandem, para o seu exercício, habilitação profissional de nível técnico ou superior, ou, ainda, as funções que estejam caracterizadas como cargos de direção, de gerência ou de confiança, nos termos do inciso II e do parágrafo único do art. 62 e do § 2º do art. 224 da CLT.

Veja-se que não há qualquer óbice à inclusão de atividades de nível técnico na CBO, tampouco prova nos autos acerca da possibilidade da elisão dos riscos da aprendizagem no ambiente de trabalho do vigilante, ou mesmo da possibilidade da realização da aprendizagem integralmente em ambiente simulado (arts. 11 e 23 do Decreto nº 5.598/05).

Por fim, não se compartilha da tese do autor, em seu sentido absoluto, de que o aprendiz não seria “um empregado contratado para produzir e, sim, para estudar junta a centros de formação qualificados” (fl. 317), porquanto trata-se de contrato de trabalho especial, sujeito às normas gerais de tutela do trabalho, entre as quais a entrega da força de trabalho em troca de remuneração, ainda que este não seja o aspecto prevalente na relação. O próprio recurso admite que “No contrato de aprendizagem prevalece o aspecto educ ativo sobre o produtivo” (fl. 314).

(Acórdão do processo 0067200-92.2009.5.04.0221 (RO) - Redatora: VANDA KRINDGES MARQUES - Participam: FLÁVIA LORENA PACHECO, BEATRIZ ZORATTO SANVICENTE - Data: 24/02/2010)

Extreme de dúvidas, a atividade econômica da ré não comporta a formação de aprendizes, por que se confirma a sentença.

Negado provimento ao recurso ordinário do Ministério Público do Trabalho.

Ante o exposto,

ACORDAM os Magistrados integrantes da 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região: preliminarmente, por unanimidade de votos, não conhecer do documento juntado à fl. 177 dos autos, por intempestiva sua juntada. No mérito, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso ordinário do Ministério Público do Trabalho.

Intimem-se.

Porto Alegre, 4 de agosto de 2010 (quarta-feira).

JUIZ CONVOCADO MARCELO GONÇALVES DE OLIVEIRA
Relator